



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

Este RGF, referente ao terceiro quadrimestre de 2021, foi elaborado com base nos dados consolidados extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira e Sistema de Contabilidade Geral, em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, também estarei assinando os demonstrativos listados na tabela abaixo.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
4	Demonstrativo das Operações de Crédito
5	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.494.777.792,78	8.750.353,84
2	Pessoal Ativo	8.665.258.337,06	835.524,35
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.423.035.352,75	757.197,72
4	Obrigações Patronais	1.242.222.984,31	78.326,63
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	5.771.369.639,65	43.665,91
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.779.800.545,71	30.289,91
7	Pensões	991.569.093,94	13.376,00
8	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
9	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	58.149.816,07	7.871.163,58
10	Despesa de Pessoal não executada Orçamentariamente	0,00	0,00
11	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.429.287.547,75	21.700,79
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.140.822,15	295,78
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.046.077,21	0,40
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	109.757.371,30	8.028,41
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.298.343.277,09	13.376,20
16	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.065.490.245,03	8.728.653,05

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.545.320.020,20	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.720.535,52	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	407.843,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	31.539.191.641,68	
21	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	12.074.218.898,08	38,28
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 48,60%	15.328.047.137,86	48,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	14.561.644.780,97	46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	13.795.242.424,07	43,74

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

GoIânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
CNPJ: 01.409.880/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
		LIQUIDADAS													
		jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21		
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.149.626.906,49	1.193.341.325,54	1.179.708.334,62	1.154.859.599,57	1.169.316.639,74	1.213.980.367,08	1.178.474.532,86	1.181.451.901,61	1.180.993.800,83	1.217.746.683,62	1.214.168.790,76	1.462.111.950,17	14.494.777.792,79	8.760.363,84
2	Pessoal Ativo	682.565.322,78	686.748.397,58	686.235.696,22	679.342.727,56	692.548.170,50	734.691.719,23	700.045.832,11	699.995.431,23	696.589.869,06	724.363.167,14	720.241.138,03	961.892.854,52	8.665.258.337,06	835.534,35
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	583.924.585,57	586.135.622,25	586.038.819,61	579.403.293,43	591.241.984,51	634.802.703,13	598.460.848,16	596.451.192,34	596.980.016,66	620.633.447,14	617.765.772,52	829.196.788,43	7.423.035.352,75	757.197,72
4	Obrigações Patronais	98.640.757,21	100.612.475,33	100.196.876,61	99.939.434,13	101.304.185,99	99.889.016,10	101.544.995,05	101.544.238,89	99.609.853,40	103.729.720,00	102.475.365,51	132.696.066,09	1.242.222.984,31	78.328,63
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	467.060.583,71	501.719.419,55	487.441.343,15	471.068.939,22	469.248.628,54	473.763.242,49	475.757.250,47	478.363.077,34	478.704.530,40	487.868.278,05	487.649.437,31	492.567.958,62	5.771.369.639,05	43.665,91
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	388.300.712,62	417.159.568,33	405.106.129,95	388.864.187,48	387.650.318,17	389.700.686,45	391.851.016,43	394.562.521,82	394.465.779,42	404.736.141,87	404.649.439,02	416.645.222,25	4.779.800.545,71	30.289,91
7	Pensões	80.759.871,09	84.619.913,22	82.245.113,20	84.204.751,74	81.598.310,37	84.062.676,04	83.906.231,04	83.800.555,52	84.216.750,98	83.233.136,78	82.987.047,39	79.522.736,57	991.959.093,94	13.976,00
8	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	4.813.508,41	5.031.395,15	4.447.892,79	7.520.840,70	5.525.405,36	2.671.439,18	3.093.393,04	5.699.401,37	6.414.237,83	6.281.165,41	7.651.136,83	58.149.816,07	7.871.163,58
10	Despesa com Pessoal não executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	177.887.148,49	215.185.683,74	197.470.402,56	177.313.347,16	177.960.936,65	179.363.393,69	177.946.157,79	181.073.302,55	179.765.110,42	184.219.497,88	183.325.569,96	398.177.996,67	2.429.287.547,75	21.700,79
12	Indenizações por Demissão e Incentivos e Demissão Voluntária	1.199.332,05	1.372.897,24	1.127.693,91	1.311.722,25	1.172.544,38	1.536.346,69	1.857.840,79	1.951.344,35	2.048.907,56	2.417.313,59	1.820.599,83	2.294.278,94	20.140.822,15	295,78
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	592,04	59.190,99	106.162,34	146.670,08	58.568,95	98.107,29	100.099,57	60.171,95	59.529,37	123.530,63	120.639,53	112.763,87	1.046.077,21	0,40
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.698.244,90	37.440.635,59	19.965.172,34	1.849.126,92	3.031.707,72	4.607.877,08	2.393.494,27	4.535.770,71	3.717.880,97	3.247.463,19	3.669.453,78	23.000.542,80	109.757.371,30	8.628,41
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	173.998.978,90	176.312.959,92	176.671.373,57	174.005.827,90	173.121.061,76	173.563.723,16	174.526.015,54	173.608.792,52	178.431.190,27	177.714.876,62	177.704.391,13	2.298.343.277,09	13.376,20	
16	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	971.738.758,00	978.156.641,80	981.237.931,96	977.546.212,42	991.754.703,09	1.034.616.973,39	1.000.529.375,07	1.000.378.599,06	1.001.228.690,41	1.033.528.185,74	1.030.843.220,79	1.063.933.963,30	12.066.490.245,03	8.728.653,05

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		31.545.320.020,20
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)		5.720.536,52
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		407.843,00
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		31.539.191.641,68
21	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II + III b)		12.074.218.898,08
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IX)		15.328.047.137,86
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,85 x IX)		14.561.644.780,97
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XI) = (0,90 x IX)		13.795.242.424,07

FONTE: SIOFINET / SCS / ECONOMIA-GO

1. Excluída da linha referente a "Outros Benefícios Previdenciários", tendo em vista que a EC nº 103/2019 limitou os benefícios previdenciários às aposentadorias e à pensão por morte, conforme Nota Técnica 193/2020/ME de 03/01/2020. Na vigência do MDF 10ª edição, conforme o respectivo Mapeamento instituído pela STN, as despesas liquidadas na Natureza de Despesa 31902005 ou no elemento 05 foram classificadas na referida linha.

a) Na União, a licença saúde e o salário maternidade passaram a ser classificados no elemento de despesa "11 - Vencimentos e Vantagens Fixas", ainda vinculados ao Grupo Natureza de Despesa "01 - Pessoal e Encargos Sociais". Por outro lado, os benefícios salário-família e auxílio-reclusão, passaram a ser considerados como de natureza assistencial e, portanto, passaram a ser vinculados ao Elemento de Despesa "08 - Outros benefícios assistenciais", no Grupo Natureza de Despesa "03 - Outras Despesas Correntes". Por fim, o Elemento "06 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar" foi excluído.

2021	Descrição	Mapeamento MDF 11ª Edição
31.90.11.50	Vencim. e Sal. - Proer Salário Maternidade	
31.90.11.09	Auxílio-Doença Licença para Tratamento de Saúde	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis
33.90.08.16	Auxílio-Reclusão Ativo Civil	
33.90.08.17	Salário-Família Ativo Civil	
33.90.08.18	Salário-Família Ativo Militar	Natureza assistencial - não entram na apuração da Despesa Bruta com Pessoal (DBP)
33.90.08.19	Salário-Família Inativo Civil	
33.90.08.20	Salário-Família Inativo Militar	
33.90.08.21	Salário-Família Pensionista Civil	
33.90.08.22	Salário-Família Pensionista Militar	

b) No Estado de Goiás, conforme consulta ao SIOFL as Naturezas de Despesas ligadas ao elemento 05 foram mantidas no orçamento de 2020 e 2021.

2021	Descrição	Mapeamento MDF 11ª Edição
31.90.03.01	Salário Família - Ativo Civil	
31.90.03.02	Salário Família - Ativo Militar	Salário família e auxílio reclusão, por serem de natureza assistencial - não entram na apuração da Despesa Bruta com Pessoal (DBP)
31.90.03.03	Salário Família - Inativo Civil	
31.90.03.04	Salário Família - Inativo Militar	Mapeamento da STN. Foram remanejados para Naturezas de Despesas do Grupo 3, na União.
31.90.03.05	Salário Família - INSS	
31.90.03.06	Auxílio Reclusão - Servidor Civil	Destá forma, ND 31900501, 31900502, 31900503, 31900504.
31.90.03.07	Auxílio Reclusão - Servidor Militar	3190505, 31900506, 31900507, 31900508 e 31900509 não foram consideradas como DBP.
31.90.03.08	Auxílio Doença - Servidor Civil	
31.90.03.09	Auxílio Doença - Servidor Militar	
31.90.03.10	Salário Maternidade - Servidor Civil	Não constam do Mapeamento 11ª edição do MDF. Considerando que consta em vigência em 2021 no SIOFL, passam a ser considerados na linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis".
31.90.03.11	Salário Maternidade - Servidor Militar	
31.90.03.12	Salário Maternidade - Contrato por Tempo Determinado	Corresponde ao 31901107 (Abono de Permanência) da União.
31.90.03.13	Remuneração por Permanência em Atividade - Civil	Destá forma, passa a ser classificado como "vencimento, Vantagens e Outras despesas Variáveis" na DBP.

c) ND 31902005-Outros Benef. Prev. Do Servidor ou do Militar" citado pela STN no Mapeamento 10ª do MDF para composição da Linha "Outros Benefícios Previdenciários" não existe na lista de Naturezas de Despesas de Goiás. Desde 2020 e 2021, o código correspondente está no grupo 3, ND 33902005 - Outros Benefícios Assistências, por tratar-se de natureza assistencial, não foi considerado como Despesa Bruta de Pessoal.

d) Conforme Nota Técnica SEI nº 193/2020/ME, disponível em <https://sisweb.tesouro.gov.br/pxep/?p=25019--5-P9_ID_PUBLICACAO-33460>, o elemento de despesa 05 (Outros Benefícios Previdenciários) foi extinto. As naturezas de despesas relacionadas a salário família e auxílio-reclusão, ligadas a este elemento, foram remanejadas do grupo de despesas 1 para o grupo de despesas 3, na União, com base na Nota Técnica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - Nota Técnica SEI nº 122/2019/ME, por serem sido consideradas assistências.

e) Aba o fechamento do bimestre foi executado no Estado de Goiás o total de R\$ 17.929,13 nas ND 31.90.05.01 e 31.90.05.05, respectivamente, Salário Família Ativo Civil e Salário Família INSS. Para harmonização da execução com as regras da União (que criou novo código de despesas para o salário família, dentro do grupo 3, ND 33.90.08.56), foi efetuado de-para no SICONFI, de 31.90.05.01 e 31.90.05.05 para 33.90.08.56. Desta forma o valor ora apurado migra da linha "Pessoal e Encargos Sociais" para a linha "Outras Despesas Correntes".

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
			Em reais		
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.665.700.875,08	23.729.434.870,40	22.574.312.090,38	23.030.006.668,61
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual	21.428.165.616,96	22.222.981.400,24	21.247.846.024,16	21.758.100.961,47
4	Empréstimos	11.247.430.738,09	11.562.502.657,51	11.370.761.115,91	9.266.019.798,20
5	Internos	11.199.113.489,06	11.514.271.356,26	11.324.853.193,09	9.218.284.955,85
6	Externos	48.317.249,03	48.231.301,25	45.907.922,82	47.734.842,35
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.013.431.299,49	10.459.435.003,50	9.698.850.991,31	12.318.264.172,68
8	Financiamentos	0,00	2.573.638,67	0,00	0,00
9	Internos	0,00	2.573.638,67	0,00	0,00
10	Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Parcelamento e Renegociação de dívidas	167.303.579,38	167.527.144,04	172.213.026,00	167.796.099,65
12	De Tributos	5.827.146,97	5.480.235,88	4.636.850,76	4.053.916,74
13	De Contribuições Previdenciárias	0,00	3.974.214,94	6.535.030,51	6.024.758,33
14	De Demais Contribuições Sociais	161.476.432,41	158.072.693,22	158.714.043,11	156.028.247,90
15	Do FGTS	0,00	0,00	240.325,15	226.270,58
16	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	2.086.776,47	1.462.906,10
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	30.942.956,52	6.020.890,94	6.020.890,94
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.237.535.258,12	1.506.453.470,16	1.326.466.066,22	1.271.905.707,14
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	DEDUÇÕES (II)	3.603.649.044,21	5.245.241.059,50	7.768.159.436,20	8.562.212.495,60
21	Disponibilidade de Caixa ¹	3.603.649.044,21	5.243.562.485,42	7.765.654.216,64	8.561.646.744,39
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.487.231.552,60	5.967.129.339,38	8.358.663.346,36	9.251.620.579,75
23	(-) Restos a Pagar Processados	883.582.508,39	723.566.853,96	593.009.129,72	689.973.835,36
24	Demais Haveres Financeiros	0,00	1.678.574,08	2.505.219,56	565.751,21
25	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	19.062.051.830,87	18.484.193.810,90	14.806.152.654,18	14.467.794.173,01
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.323.342.281,46	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	31.545.320.020,20
27	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.713.227,00	12.723.415,00	568.535,52	5.720.535,52
28	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.309.629.054,46	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	31.539.599.484,68
29	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI)	86,15	83,97	75,99	73,02
30	% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI)	72,45	65,41	49,84	45,87
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	52.619.258.108,92	56.517.704.515,12	59.412.488.655,82	63.079.198.969,36
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	47.357.332.298,03	50.865.934.063,61	53.471.239.790,24	56.771.279.072,42
Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
			Em reais		
33	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
34	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	0,00	81.823,20	0,00	0,00
35	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	91.481.702.150,40
36	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
37	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	28.312.181,78	28.515.894,69	15.820.857,29	43.634.242,19
38	RP NÃO-PROCESSADOS	653.840.234,45	157.797.305,47	88.405.841,31	3.347.362.042,79
39	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
40	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
41	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	200.664.520,29	200.664.520,29	200.664.520,29	200.664.520,29

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada", ou, no caso da Dívida Previdenciária, na linha "Obrigações não integrantes da DC". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

3. Linha "Insuficiência Financeira (3)", somente será preenchida quando o valor da linha Disponibilidade de Caixa for negativa no quadro da DC.



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

NOTAS: 4. Alterações implementadas, quanto ao Mapeamento:

- a) Não considerado no "Campo 19 - Outras Dívidas" o saldo das contas iniciadas em "894 - Controle de Obrigações sem Autorização Orçamentária para Fins da LRF" excluídos os saldos dos órgãos 1762-Goiás Previdência (GOIÁSPREV), 1780-Fundo Financ. Reg. Pro Prev. Servidor, 1781-Fundo Financ. Reg. Prev. Militar e 1782-Fundo Previdenciário, conforme Mapeamento V.3 de 07/05/2021 para o MDF 11ª edição, no total de R\$ 849.516.440,30.
- Considerando que as contas 8941 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro dos controles das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, quanto à Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC, controles inerentes às análises da arrecadação, controles do fechamento do Quadro 3 do Anexo 14, não enquadrando no conceito de "financiamento com crédito" ou "operações de crédito", constante do MDF 11ª edição, pág. 547.
- Considerando que as contas 8942 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro de controles para emissão de Relatórios Fiscais, quanto às obrigações por competência, créditos a receber e Transferências da União relacionadas às Emendas Individuais e de Bancada. Sendo que, também não se encaixariam no conceito de Dívida Consolidada. Considerando que "Não deverão ser considerados como parte integrante da Dívida Consolidada as provisões e apropriações por competência que representam o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado, tais como provisões para riscos trabalhistas, provisões matemáticas, provisões para riscos tributários, provisões para riscos cíveis, provisões para riscos de contratos de parceria público-privada, apropriações de 13º salário e férias, entre outros. Ressalta-se que valores relevantes registrados nessa linha devem ser destacados em notas explicativas para que seja dada a publicidade necessária. (MDF 11ª edição, pág. 548)."
- b) Revisão da metodologia de busca do montante de Restos a Pagar Processados, seguindo o Mapeamento V. 3 para o MDF 11ª edição de 07/05/2021, em atendimento ao item c do Acórdão 2704/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Seguindo o texto do MDF e seu respectivo Mapeamento instituído pela STN.

Texto MDF: "Não devem ser considerados os restos a pagar processados relativos ao pagamento da Dívida Consolidada (inclusive dos precatórios integrantes da DC), tais como juros, encargos e amortizações da dívida, uma vez que esse montante já está incluído no saldo da DC, portanto, considerá-los nesse item gerariam efeito de duplicidade nos valores computados." (MDF 11ª Ed., pág. 548)

Mapeamento: CC (6.3.1.3.0.00.00 + 6.3.2.1.0.00.00 + 6.3.2.7.0.00.00 + 6.2.2.1.3.07.00); ND: 3.1.00.00.00 + 3.3.00.00.00 + 4.4.00.00.00 + 4.5.00.00.00 (EXCETO = MOD 91); EXCETO PO: 10112/10122/10132.

Regra aplicada: Saldos das contas correntes ligadas às contas contábeis iniciadas em 6313, 6321, 6327 e 6221307 que tenham Natureza de Despesa iniciada em 31, 33, 44 ou 45.
Exceto aquelas de Modalidade de Aplicação "91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social".
Exceto PO 10112/10122/10132 (exclusão dos órgãos 1762,1780,1781 e 1782).
Exceto ND 33909102-Precatórios."

- c) Restos a Pagar Não Processados não integrante da Dívida Consolidada, apurada com exclusão dos grupos de despesas 2 e 6, exclusão da ND 33909102-Precatórios e exclusão dos restos a pagar de RPPS (órgãos 1762,1780,1781 e 1782), conforme Mapeamento e MDF 11ª edição.

5. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 era de R\$ 957.369 milhões e ao final de 2020 passou a R\$ 973.510 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). E das ações judiciais controladas pela PGE, que ao final de 2019 totalizavam R\$ 4.586.904.739,36 conforme Nota Técnica nº 1/2020 – GAPGE (Processo SEI 201900004098643) e em 31/12/2020, conforme informado pela Procuradoria-Geral do Estado (Processo SEI 202000004080858), totalizavam R\$ 12.513.199.374,00. Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 27.954.503.547,01 que equivale a 88,63% da RCL ajustada.

Memória de Cálculo - DCL Potencial	1º Quadrimestre/2021	2º Quadrimestre/2021	3º Quadrimestre/2021
Dívida Consolidada Líquida	18.484.193.810,90	14.806.152.654,18	14.467.794.173,01
Passivo Contingente - Celg D	957.369.000,00	973.510.000,00	973.510.000,00
Passivo Contingente - Ações judiciais (Processo 202000004080858)	4.586.904.739,36	12.513.199.374,00	12.513.199.374,00
DCL Potencial	24.028.467.550,26	28.292.862.028,18	27.954.503.547,01
RCL	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	31.545.320.020,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	12.723.415,00	568.535,52	5.720.535,52
RCL Ajustada	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	31.539.599.484,68
%	85,03%	95,24%	88,63%

Goiania, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

Campo	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
7	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	99.504.506,00	95.750.219,00	90.855.159,00	90.443.409,00
8	Em Operações de Crédito Externas	93.766.921,00	90.535.837,00	86.174.582,00	86.307.460,00
9	Em Operações de Crédito Internas	5.737.585,00	5.214.382,00	4.680.577,00	4.135.949,00
10	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	99.504.506,00	95.750.219,00	90.855.159,00	90.443.409,00
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.323.342.281,46	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	31.545.320.020,20
13	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º, da CF) (VII)	13.713.227,00	12.723.415,00	568.535,52	5.720.535,52
14	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.309.629.054,46	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	31.539.599.484,68
15	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,38	0,34	0,31	0,29
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.788.118.391,98	6.216.947.496,66	6.535.373.752,14	6.938.711.886,63
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	5.209.306.552,78	5.595.252.746,99	5.881.636.376,93	6.244.840.697,97

Campo	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
21	DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
24	DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
27	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
28	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
29	MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTA: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS:

1. Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 11ª edição, válido para o exercício de 2021.
2. As Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas correspondem ao saldo das contas contábeis n.º 8.1.2.1.1.02 - Execução de Garantias Concedidas no Exterior e n.º 8.1.2.1.1.01 – Execução de Garantias Concedidas no País, respectivamente. Ressalta-se que, no mapeamento dos demonstrativos fiscais (MDF - 11ª Edição), não ficou definido as contas contábeis das Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas.

GoIânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	Mobiliária	0,00	0,00
2	Interna	0,00	0,00
3	Externa	0,00	0,00
4	Contratual	0,00	0,00
5	Interna	0,00	0,00
6	Empréstimos	0,00	0,00
7	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
8	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
9	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
10	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
11	Externa	0,00	0,00
12	Empréstimos	0,00	0,00
13	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
14	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
15	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
16	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
17	TOTAL (III)	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
18	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.545.320.020,20	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	5.720.535,52	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.539.599.484,68	
21	OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
22	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
23	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.046.335.917,55	16,00
24	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	4.541.702.325,79	14,40
25	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
26	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.207.771.963,93	7,00
CAMPO	OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
27	Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
28	Tributos	0,00	0,00
29	Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
30	FGTS	0,00	0,00
31	Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

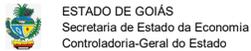
NOTA: 1. Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito. Metodologia de acordo com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN.

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em reais

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)			
1	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	4.413.486.416,18	295.047.508,48	102.948.325,35	17.053.557,17	81.811.110,13	0,00	3.916.625.915,05	1.831.712.639,37	0,00	2.084.913.275,68
2	Recursos não Vinculados de Impostos	3.887.920.895,03	272.993.704,75	99.435.198,17	16.457.765,75	55.531.921,29	0,00	3.443.502.305,07	1.488.878.194,42	0,00	1.954.624.110,65
3	Outros Recursos não Vinculados	525.565.521,15	22.053.803,73	3.513.127,18	595.791,42	26.279.188,84	0,00	473.123.609,98	342.834.444,95	0,00	130.289.165,03
4	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.860.105.303,49	40.312.383,59	49.848.942,48	9.925.610,35	346.512.578,89	0,00	3.413.505.788,18	1.102.029.911,26	0,00	2.311.475.876,92
5	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Transferências do FUNDEB	180.403.387,30	0,00	2.534.758,63	0,00	0,00	0,00	177.868.628,67	39.412.429,74	0,00	138.456.198,93
7	Outros Recursos Vinculados à Educação	342.187.622,97	257.320,93	3.400.683,97	379.465,26	940.792,55	0,00	337.209.360,26	57.393.864,56	0,00	279.815.495,70
8	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outros Recursos Vinculados à Saúde	505.302.494,65	1.236.498,92	2.928.726,44	0,00	0,00	0,00	501.137.269,29	34.009.125,38	0,00	467.128.143,91
10	Recursos Vinculados à Assistência Social	18.724.015,91	30.292,57	80.300,00	410.186,03	0,00	0,00	18.203.237,31	5.764.462,55	0,00	12.438.774,76
11	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) ²	3.126.957,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.126.957,70	3.025.291,87	0,00	101.665,83
12	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-222.767,67	0,00	26.250,33	0,00	0,00	0,00	-249.018,00	2.596.445,54	0,00	-2.845.463,54
13	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	33.532.816,24	0,00	0,00	1.998.997,58	974.405,00	0,00	30.559.413,66	20.711.003,37	0,00	9.848.410,29
14	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	154.248.106,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.248.106,91	11.407.020,69	0,00	142.841.086,22
15	Outros Recursos Vinculados	2.622.802.669,48	38.788.271,17	40.878.223,11	7.136.961,48	344.597.381,34	0,00	2.191.401.832,38	927.710.267,56	0,00	1.263.691.564,82
16	TOTAL (III) = (I + II)	8.273.591.719,67	335.359.892,07	152.797.267,83	26.979.167,52	428.323.689,02	0,00	7.330.131.703,23	2.933.742.550,63	0,00	4.396.389.152,60

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. A coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. As disponibilidades de caixa do RPPS, quando houver, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades.

3. As Demais Obrigações Financeiras foram calculadas pela soma das obrigações que não passaram pela execução orçamentária, ou seja, que deveriam ter sido empenhadas e não foram, ou que tiveram o empenho cancelado (8.9.4.2.1.01.00-OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES e 8.9.4.2.1.02.00.00.00 - OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO). No caso dos recursos vinculados, foram somados, ainda, o total dos valores restituíveis do passivo sem correspondência no ativo, tais como os depósitos e as consignações sem o valor correspondente nas contas de ativos (2.1.8.8.0.00.00-Valores Restituíveis (+) 2.2.8.8.0.00.00-Valores Restituíveis (-) 1.1.3.5.0.00.00-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (+) 1.1.3.5.1.08.00-Conta Especial-Precatórios (-) 1.2.1.2.1.06.00-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados).

4. A disponibilidade de caixa da Defensoria Pública não foi incluída na disponibilidade do Poder Executivo, tendo em vista a autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO, conferida pela EC nº 45/2004 às Defensorias Estaduais, bem como a autonomia orçamentário-financeira estabelecida pela EC nº 73/2013 à Defensoria Pública da União e Distrito Federal.

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2021

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida		31.545.320.020,20
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		31.539.599.484,68
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		31.539.191.641,68
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	12.074.218.898,08	38,28
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	15.328.047.137,86	48,60
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	14.561.644.780,97	46,17
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	13.795.242.424,07	43,74
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	14.467.794.173,01	45,87
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	63.079.198.969,36	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	90.443.409,00	0,29
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.938.711.886,63	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.046.335.917,55	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.207.771.963,93	7,00
CAMPO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
16	Valor Total	2.933.742.550,63	4.396.389.152,60

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado